



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42024 - RJ (2021/0213697-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECLAMANTE : MAIRA GRACIANO SILVA DE FARIA
ADVOGADOS : LEONARDO FRANÇA DE SOUZA - RJ207860
TEREZINHA DOS SANTOS PEREIRA MOREIRA - RJ209786
FELIPE DE OLIVEIRA TORRES - RJ229134
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : VISION MED ASSISTENCIA MEDICA LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687
GISELE WAINSTOK - RJ130925

DECISÃO

Cuida-se de reclamação ajuizada por MAIRA GRACIANO SILVA DE FARIA, com pedido de liminar, contra acórdão de TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

O art. 1º da Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 dispõe que é da competência dos tribunais de justiça estaduais o processamento e julgamento das reclamações “destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes”.

Ante o exposto, considerando que a reclamação foi ajuizada após a vigência da citada resolução, remetam-se os autos ao TURMA RECURSAL ESPECIAL CÍVEL.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente